



"CIVILIZADORES DE ÍNDIOS"

OS AGENTES DO SERTÃO NA HISTORIOGRAFIA DE MATO GROSSO

Oswaldo Zorzato

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ó *Campus* de Dourados

Este artigo tenta apontar qual o lugar reservado ao índio no projeto identitário construído pela historiografia mato-grossense. Utilizando-se de algumas obras como documentos, buscou-se demonstrar como o discurso elaborado pelos autores estudados corresponde aos objetivos dos setores sociais que representam.

Palavras-chave : Historiografia; Identidades; Índios.

This paper tries to indicate the place assigned to the Indians in the regional identity built by the historiography of the State of Mato Grosso (Brasil). Taking some books as documents, it is searched to demonstrate how the discourse elaborated by the selected authors corresponds to the purposes of the social groups represented by them.

Keywords: Historiography; Identities; Indians.

No Brasil, a regionalização do poder foi historicamente viabilizada quando parcela da população apropriou-se de extensos territórios e as elites aí constituídas passaram a pensar o espaço regional como local da própria brasilidade; daí se apresentarem como bandeirantes, mineiros, mato-grossenses etc. Paralelamente, elaborou-se um conjunto de narrativas ligadas à idéia de construir o país a partir de um espaço físico determinado. Em conjunto com esta espacialidade, legitimou-se uma estrutura sócio-cultural desejada, definindo-se então os papéis a serem desempenhados pelos diversos segmentos sociais de cada região.

No que diz respeito a Mato Grosso, a historiografia local se encarregou de construir não apenas uma representação desejada de sua origem, mas também o papel histórico do que considerou a brasilidade mato-grossense. Em um outro estudo (Zorzato, 1998), trabalhando com autores ligados ao Instituto Histórico de Mato Grosso (IHGMT), pude observar como, a partir de 1904, definiu-se regionalmente um projeto identitário, o contexto em que surgiu e o caráter memorialista desta historiografia.

Os autores mencionados são Estevão de Mendonça (1869-1949), José Barnabé de Mesquita (1892-1961), Virgílio Corrêa Filho (1887-

1973) e Rubens de Mendonça (1915-1983). Os três primeiros estavam entre os fundadores do IHGMT e o último pertenceu à sua segunda geração. No conjunto, construíram uma vasta obra publicadas em livros e revistas quase sempre com patrocínio do dinheiro público. Dentre as revistas produzidas localmente e por onde circularam seus discursos destacam-se **O Arquivo** (1904-1906) e **Mato Grosso** (1904 e 1914). Por último, destaca-se a própria **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso** (RIHGMT), publicação semestral que surgiu com a criação do Instituto, em 1919, e que circula até hoje, apesar de uma longa interrupção em 1956.

Propondo-se a ser um guia para investidores externos surgiu, em 1914, o **Album Graphico do Estado de Matto-Grosso** (org. por Ayala e Simon, 1914). Uma análise mais atenta revelou tratar-se de um corpo instrumental, cujo conteúdo indica-nos também os parâmetros de uma almejada identidade coletiva. Embora elaborado pelos segmentos sociais dominantes, foi apresentado como sendo referência a toda a sociedade mato-grossense. Os segmentos sociais dominantes eram constituídos por famílias que tinham na propriedade de grandes extensões rurais e no comércio a base de acesso ao poder, isto é, ao aparato político-administrativo, jurídico, militar e eclesiástico do Estado. Deste ponto, ocupando continuamente os espaços de poder, elaboraram simbolicamente os eixos temáticos que todos os cidadãos deviam referenciar. Indivíduos e grupos sociais emergentes seriam vigiados em suas aspirações e lembrados da responsabilidade de ajudar a manter o quadro simbólico de referências.

Embora este fosse um processo dinâmico que permitiu reelaborações, é possível identificar os componentes de uma identidade presentes nessas representações simbólicas. Trata-se, portanto, de referências permanentes e que, mesmo diante das necessárias alterações, foram selecionadas como aquilo que merecia ser cultivado. Boa parte do trabalho de elaboração e enquadramento da memória que alimentou a identidade mato-grossense foi feito pelos historiadores anteriormente citados. Estes, vinculados ao poder, ocuparam continua-

mente os espaços destinados à elaboração e perpetuação de uma estrutura de referências. As atitudes das pessoas diante das ações cotidianas seriam mediadas por este quadro, que as nortearia e dimensionaria. A construção de uma memória historiográfica foi em boa medida a sustentação de um projeto identitário forjado, tendo em vista dois aspectos principais.

Em primeiro lugar, fez-se necessário construir para os próprios mato-grossenses uma identidade que os unisse diante da ameaça que a chegada de estranhos representava. Identidade é entendida aqui como uma situação de existência coletiva caracterizada pela vivência de muitos momentos históricos e que se expressa pelo sentimento de pertencimento e referência grupal comum. Nesse sentido, somente a união dos naturais *da terra* poderia garantir-lhes a primazia do mando. O fato de se procurar desde o início construir uma memória de consenso, onde todos são apresentados como pertencendo a uma *mesma família, filhos do mesmo solo* etc., tinha a ver com a necessidade de forjar, fortalecer e disseminar um sentimento de pertencimento ao grupo¹. Essa noção de pertencimento é útil não só para escamotear as desigualdades sociais existentes na sociedade local, mas também para unir facções políticas rivais em torno de um mesmo projeto de constituição de uma identidade própria. Somente desta forma era possível fazer reconhecer a especificidade que julgavam ter e, ao mesmo tempo, usar desta identidade como escudo para manter práticas que lhes garantiam privilégios.

¹ A noção de sentimento de pertencimento grupal é inicialmente apontada por Halbwachs (1990, p. 81) como uma das condições da existência da memória coletiva e das lembranças daí decorrentes. Como a memória é um processo vivo, ela é constantemente renovada. Por outro lado, a renovação constante das lembranças implica na necessidade de que haja continuidade no sentimento de pertencimento. Por não fazer ruptura entre o passado e o presente, a memória retém do passado aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém, tornando-se desta forma òum celeiro inesgotável de possibilidades de lembrançasö. Rearranjando-se constantemente, a memória de um grupo constitui-se por um tempo de longa duração que se manifesta por uma atmosfera específica, maneiras de ser, tipos, costumes, que podem ser apreendidas no seu conjunto, na sua estrutura, mais do que em termos pontuais.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de que era preciso reagir às imagens negativas que externamente foram divulgadas sobre Mato Grosso. Com efeito, estas imagens são veiculadas por viajantes, militares e comerciantes vindos principalmente dos mais importantes centros econômicos do país e também do exterior. Elas fazem referência a um Estado *atrasado, incivilizado e selvagem*, dotado de uma gente *sanguinária, vingativa, preguiçosa e ignorante*². No conjunto, estes adjetivos compunham um estereótipo nada favorável a Mato Grosso. Pior ainda: foram incorporados como referência explicativa pela intelectualidade local, composta por advogados, religiosos e militares, formados em sua maioria em São Paulo e no Rio de Janeiro. Daí o dilema vivido por estes pensadores: construir com referenciais externos uma explicação que desse conta de apontar um caminho rumo à civilização desejada, sem negar as especificidades que julgavam ter. Assim, necessitavam construir uma memória que os afastasse daqueles adjetivos indesejáveis. Colocando-se como herdeiros e guardiães do povo a que pertenciam, buscaram construir imagens e representações através das quais desejavam ser vistos. Passaram então a se considerar como sentinelas avançadas da civilização no sertão. Ao invés de *selvagens*, reforçam a origem paulista, quando não da *melhor estirpe européia*; e, ao invés de *sanguinários*, constróem as imagens de *patriotas e destemidos*. No lugar de *preguiçosos*, colocam-se como gente adaptada à rudeza do meio, amante do progresso, disposta ao sacrifício em nome do *amor à terra natal*. Por fim, mesmo diante de situações adversas, se dizem amantes das artes, da religião, cultuadores da ciência e, sobretudo, da história e da geografia. Na realidade, a ênfase dada a estas disciplinas explica-se mais como recursos onde se buscam informações, a partir das quais constróem um quadro idílico de imagens favoráveis à identidade almejada.

² Segundo estudo recente, no início do século surgiram vários escritos sobre Mato Grosso, nos quais veiculam-se imagens nada favorável ao estado. Teria sido para contrapor-se a isso que as elites locais passaram a construir a sua própria versão sobre o estado, decorrendo desse contexto a elaboração da identidade regional. Ver Galetti (1995, p. 58 e ss).

Pode-se dizer que as vias temáticas em torno das quais se construiu, no âmbito da historiografia, a estrutura identitária local, foram múltiplas. Entretanto, para os objetivos deste artigo, importa ressaltar as seguintes:

1 *ó* Estruturação social e étnica. Através de estudos genealógicos, biografias e autobiografias, buscou-se demonstrar as origens das elites *ó* econômicas, políticas e culturais *ó* e seu papel em fazer e escrever a própria história. Outros segmentos sociais, como escravos e trabalhadores, apareceram apenas na medida em que cumprem seus papéis: disciplinados, submissos, úteis. No que tange à composição étnica, resgataram-se as origens européias, silenciando-se sobre o lado indígena dos mato-grossenses.

2 *ó* Obra civilizadora. O lugar descrito pelos memorialistas locais *ó* o sertão *ó* foi caracterizado inicialmente como sendo ausência de tudo que indicasse civilização, principalmente gente *culta*. Ao buscar registrar para si o papel de *civilizadores do sertão*, os historiadores deram grande destaque para a figura dos primeiros advogados, religiosos, engenheiros, militares e outros que tinham alguma formação técnico-científica; pois foi sobretudo dentre esta gente que foram arrebanhadas pessoas para trabalhar como jornalistas, professores, burocratas, além das funções para as quais se especializaram. Compreende-se, assim, por que boa parte dos escritos dos membros do IHGMT foi dedicada a uma memória cultural *civilizatória*, onde se destacam tópicos como a história da imprensa, da instrução, principalmente religiosa, da catequese indígena, do ensino de profissões etc.

Em síntese, a estes *ilustrados mato-grossenses* caberia o papel de registrar e heroizar seus antepassados. De modo que a grandeza da obra *civilizatória* e, portanto, a brasilidade mato-grossense seria construída em torno de alguns eixos temáticos que, grosso modo, pode ser assim resumidos: defesa das fronteiras brasileiras contra a ameaça estrangeira; estruturação de uma sociedade politicamente organizada; exploração das riquezas naturais *adormecidas* em regiões *inóspitas*; formação de um povo de origem seleta, nobre em atitudes e

em procedência; grandeza *épica* de suas conquistas na luta para *devassar a natureza e homens igualmente selvagens*.

Uma das imagens que, veiculadas externamente, sempre incomodaram os mato-grossenses é justamente a que se refere ao estado como *terra de índio*. Na construção historiográfica, que dá sustentação à identidade mato-grossense, a definição do lugar do índio é sempre problemática. Ela percorre um caminho que vai da idealização inicial do índio, passando por um grande silêncio até admitir, nem sempre explicitamente, sua serventia como trabalhadores. Estes três aspectos aparecem quase sempre entrelaçados, dependendo do que está sendo discutido, pois a temática indígena nunca constituiu assunto que merecesse maior importância.

Com efeito, a auto-imagem que os historiadores buscaram construir para si e para a camada social a qual pertencem é inspirada na idéia de uma nobreza de origem, notadamente portuguesa e paulista. As genealogias construídas sobre as principais famílias que ocuparam Mato Grosso, sobretudo a partir do século XVIII, indicam esse caminho. Nem mesmo as narrativas que tratam do surgimento dos primeiros núcleos de povoamento branco permitem que a presença indígena na composição étnica mato-grossense seja melhor trabalhada. Embora se considerem em parte originários e continuadores dos bandeirantes, os autores locais não mencionam o lado mameluco desses ancestrais, como acontece em uma vertente da historiografia paulista (Abud, 1985). Afirmam a origem paulista, mas filtram a memória, retirando sua componente indesejável.

De um lado, a historiografia local buscou dar sustentação a uma memória cujos elementos os definissem como uma camada social e étnica internamente diferenciada. De outro, identificados com os *progressos da civilização*, os mato-grossenses fizeram uma negação sistemática do natural, pois isto era visto como atraso. Também era preciso prevenir-se contra os *forasteiros*, considerados potenciais usurpadores de terras, de cargos etc. E a arma para isso seria o *resgate de nossas tradições*, algo que definisse de quem era a primazia do

mando. Desse modo, a história torna-se militante no sentido de ser construída para garantir a um grupo a legitimidade do poder (Ferro, 1981; Florescano, 1984). Afinal trata-se de um jogo, onde os grupos locais, instalados no aparelho político-administrativo e militar do Estado precisavam garantir-se diante da chegada de estranhos.

Apesar da opção historiográfica dos autores locais, é possível afirmar que dispunham de recursos informativos suficientes para demonstrar a forte presença indígena na formação de sua gente. E não apenas como trabalhadores braçais, mas também como militares, professores, funcionários públicos etc., isto é, na composição da quase totalidade da população. Mas incluir os indígenas em sua composição étnica implicaria na necessidade de redefinir suas referências a uma suposta origem européia e, sobretudo, não utilizá-la para justificar um amplo processo de exclusão social. Por isso, seguiram outros rumos.

Embora assediados pela expansão das atividades econômicas capitalistas, a maioria dos povos indígenas resistiu, cada um a seu modo e nem sempre com sucesso, ao processo de descaracterização das suas antigas formas de organização social. Contudo, a avassaladora onda provocada pela construção do nacionalismo homogeneizador emergente, no qual as facções dominantes locais buscam inserir-se, impediu os historiadores de tratar as sociedades indígenas como dotadas de história e interesses próprios. Diga-se de passagem que a visão nacionalizante a partir de moldes europeus não era exclusiva da historiografia mato-grossense, mas aqui assumiu contornos específicos.

Antes de apontar os caminhos seguidos pela historiografia mato-grossense, no que tange ao lugar do índio, penso ser conveniente indicar duas memórias elaboradas em momentos diferentes, mas com intuito semelhante, que nos servem de contraponto³, sobretudo às omissões dos historiadores quanto ao seu lado indígena. Trata-se do *Pare-*

³ A leitura contrapontual que norteou a elaboração deste artigo segue pistas sugeridas por teóricos da literatura comparada, tais como Benjamin (1985) e Said (1995).

cer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes, escrito, em 1801, por Ricardo Franco de Almeida Serra, a pedido do então Presidente da Província de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro⁴. E também da obra de João Augusto Caldas, intitulada **Memória histórica sobre os índios da Província de Mato Grosso**, publicada no Rio de Janeiro, em 1887.

Embora separados por quase um século, ambos os relatos foram escritos objetivando apresentar uma fórmula para trazer os índios ao convívio do *grêmio da civilização*. Seus autores, cada um a seu modo, buscaram contribuir para o conhecimento do comportamento de algumas nações indígenas. Franco discorre sobre os Guaicuru e os demais povos a eles entrelaçados. Caldas descreve, sobretudo, a atração feita aos Bororo-Coroados. Em ambos os casos, trata-se de povos cuja resistência foi duramente combatida em períodos anteriores.

Ricardo Franco de Almeida Serra chegou à capitania do Grão-Pará em 1780, como parte de uma equipe de engenheiros e astrônomos enviados pela coroa portuguesa para a demarcação de limites, conforme o acordo resultante do Tratado de Santo Idelfonso (1777), feito com a Espanha. Dois anos mais tarde está em Mato Grosso. A partir de 1792, tornou-se comandante do Forte Coimbra, construído alguns anos antes (1775) no baixo Paraguai. Constitui-se numa espécie de consultor dos Capitães-Generais para assuntos relativos à defesa desses domínios.

Situados num período de intensas disputas entre os governos português e espanhol pelas colônias americanas, os seus escritos cumprem a função de informar seus superiores sobre o que considera as melhores estratégias para assegurar os territórios até então conquistados aos espanhóis e aos índios. A política de construção de fortes e presídios, levada a efeito pelo governo da província de Mato Grosso,

⁴ No decorrer do presente texto, as grafias dos grupos étnicos foram designadas conforme as *Resoluções da I Reunião de Antropologia*. Cf. **Revista Brasileira de Antropologia**, São Paulo, 2 (3): 123, 1955. Exceto quando tratar-se de citações diretas de outros autores.

na segunda metade do século XVIII, tinha a ver justamente com as disputas do governo português naquelas duas frentes. Esta contextualização pareceu-me fundamental para poder utilizar, em contraponto, algumas das observações sobre os povos indígenas com quem Almeida Serra conviveu.

João Augusto Caldas era mato-grossense de Cuiabá, onde nasceu em 1836. Foi inicialmente comerciante e posteriormente agrimensor, despertando como homem de letras pelas suas relações com Leverger. Com sua morte, em 1887, parte de seus escritos se perdeu, restando apenas parte de sua **Memória histórica**. A obra de Caldas pode ser situada em torno das discussões que, no final do século passado, polarizaram autores quanto à questão de qual seria a melhor maneira de incorporar o índio ao projeto de nacionalidade. Conquanto houvesse consenso quanto à necessidade de *civilizar os índios*, uns defendiam o uso deliberado da força para dominar sobretudo os mais resistentes, enquanto outros acreditavam na eficácia da persuasão, propondo-se várias formas de ação para tirar o índio do *estado de natureza* e da sua *selvageria* (Vasconcelos, 1995, pp. 53-68).

Assim, a obra de Caldas destinava-se a convencer os leitores e, em particular, seus conterrâneos, da eficácia da *atração* como modelo ideal para *civilizar* índios. Considerada uma forma *branda*, foi posta em prática pelo então presidente da província.

Penso que para o que aqui interessa demonstrar, a consulta à sua **Memória histórica** foi importante porque ela: 1) narra vários episódios brutais de apresamento, escravização e extermínio de populações indígenas, principalmente do século anterior; 2) fornece importantes informações quanto à origem indígena de alguns povoados, mormente aqueles surgidos das áreas fortificadas; 3) descreve em que consistiam os métodos *brandos* de atração de populações indígenas, para o júbilo da elite local. Conseqüentemente, ela permite não apenas suscitar contrapontos aos relatos memorialistas, mas principalmente situar o lugar do índio na sociedade da qual a camada dominante considera-se a tutora permanente.

Em relação à sociedade mato-grossense, observa-se que, de um lado, mesmo com o extermínio dos séculos anteriores, a expansão econômica ainda se deparou com inúmeros povos a serem *amansados*. De outro, a incorporação dos indígenas ocorreu entre as camadas mais baixas da população. Como membros dos segmentos sociais dominantes, os historiadores construíram, para o momento em que escreviam, imagens que os legitimam perante aqueles de quem era preciso se diferenciar. Assim, compreende-se por que a historiografia descartou o lado indígena do mato-grossense. Não estando seguros de sua superioridade racial e nem conseguindo evidenciar-se pela riqueza de seus empreendimentos, o coro de estereótipos que os comparava aos *bugres incivilizados e indolentes* provocou um gigantesco eco. Mais ainda: naquele momento, a presença indígena era muito real para dela se tirarem apenas elementos simbólicos idealizados. Por conta disso, ao elaborar para si imagens de herdeiros de vencedores, preferiram colocar o índio apenas como acessório de sua história de valentia. Ou então para ilustrar seus papéis construídos de *destemidos desbravadores e civilizadores do sertão*.

Os povos indígenas aparecem como acessórios, por exemplo, nas narrativas que tratam da catequese jesuítica espanhola. Os acontecimentos são descritos como sendo algo considerado exclusivamente estratégico. Em outras palavras, esses povos não foram vistos como dotados de interesses próprios, a não ser reagir com seu *instinto de vingança* às atrocidades de que eram vítimas. Exceção feita em parte aos índios Guaicuru, cuja resistência em não se sentirem inferiores nem a portugueses, nem a espanhóis, alguns autores consideram um ato de descabida arrogância. Corrêa Filho (1928/1929), em **Os predecessores de Rondon**, explicita esta posição. Contudo, a imagem veiculada externamente, que atribuía ao mato-grossense um caráter sanguinário, a partir de suas possíveis origens Guaicuru, associada ao preconceito que os escritores locais tinham dos índios, levou-os a deixar este assunto de lado.

Embora buscando nos séculos anteriores elementos imagéticos para a construção da identidade almejada, os historiadores depararam-

se com a necessidade de dar conta de outras componentes que identificam a todos, indistintamente, como mato-grossenses. Nesse sentido, reforçaram as imagens de *filhos do mesmo e prodigioso solo*, de um *povo sóbrio e hospitaleiro*, de uma *família ciosa de seu passado de glórias*, cuja harmonia os conduziria necessariamente a um futuro de progressos e grandezas.

Contudo, a questão torna-se embaraçosa quando os escritores precisam tratar da origem étnica do mato-grossense. A historiografia local heroizou personagens ligados à expansão e defesa das fronteiras nacionais. Destacou seus antepassados conhecedores dos *mistérios e surpresas* de Mato Grosso, de quem se julgaram sucessores. Mas ao considerarem-se *uma nova estirpe de bandeirantes*, não havia como fugir à questão de suas relações com aqueles *destemerosos mamelucos*.

Assim, em um dos poucos textos que tratam da composição étnica, Corrêa Filho (1920, p. 467), ao registrar que *a colonização de Mato Grosso veio favorecer a fusão de várias raças, sob o mesmo céu*, observou que:

ões paulistas, nas suas desumanas arrancadas, em busca do braço indígena que os trabalhos da lavoura do litoral exigiam, vieram encontrar em Mato Grosso, primeiramente, as tribos que formavam as reduções do rio Pardo, fundadas pelos jesuítas, que também mantinham relações com os Guaycurús, payaguás, e, em seguida, em águas do Paraguai e seus afluentes, os Guatós, Axanás, Cuyabás, Xacororés, Coxiponés, Baripoconés, e mais tarde, os Bororos, Parecis e outras mais.ö

O referido autor registrou ainda que, uma vez escravizados, estes índios tornaram-se *auxiliares prestimosos*, na agricultura, nos trabalhos domésticos e, posteriormente, na mineração. O trecho sugere a presença de índios de Mato Grosso na composição bandeirante.

Corrêa Filho (1922) sugere que os primeiros exploradores de Mato Grosso teriam traços comportamentais originários da sua composição étnica. O seu *lado indígena* é associado às características de tipos sociais subalternos, tidos como rudes, vingativos e resistentes, embora corajosos. Contrariamente, do seu *lado europeu* decorreriam

traços de comando e nobreza, tais como *vivacidade de espírito e finura no trato*.

Definido um tipo imaginado de paulista, Corrêa Filho (1922, p. 469) narra a exploração do ouro, quando então *entraram em contato os mamelucos famosos, seguidos de portugueses, cujo número a princípio diminuto, engrandeceria mais tarde, e os índios subjulgados, a quem vieram ajudar, nos trabalhos mais molestos, os negros resistentes*. Acrescentando:

õDo caldeamento destas raças, resultaria o tipo cuiabano, que aliás, apresenta modalidades pronunciadas. Cada qual contribuiu com suas peculiaridades em maior ou menor dose para a formação da mais legítima estirpe de bandeirantes, que povoou Mato Grosso.õ

Posteriormente, ao lado destes, outros mais recentes, como os mineiros, gaúchos e paulistas, dariam a *componente notável de povoadores* das demais regiões.

Mas o *primitivo tipo*, surgido do *caldeamento das raças*, a partir de suas *peculiaridades*, fica claro quando o autor descreve a localização dos principais grupos indígenas, ressaltando estarem quase todos *amalgamados com os civilizados*. De todos eles, alguns grupos teriam concorrido negativamente por querer impedir a colonização e a conseqüente *fusão de várias raças*, que se daria *sob o mesmo céu* de Mato Grosso. Estes grupos teriam sido os Paiaguá, cuja etimologia significaria *vagabundos sobre as águas do Paraguai*, os Guaicuru, os Caiapó e os Bororo. Os dois primeiros pelos danos causados às monções paulistas e os demais por assenhorearem-se das estradas que dão acesso a São Paulo e Goiás.

Ainda segundo Correa Filho (1922, p. 469) a peculiaridade da contribuição de cada grupo étnico se teria dado pelo mecanismo da *seleção natural*.

A seleção natural logo se exerceu, agrupando os vários elementos, de acordo com as condições mesológicas mais propícias.

Apesar do seu darwinismo social, esta é uma das poucas obras em que autores mato-grossenses registram a forte presença indígena na origem de algumas cidades.

Seja como for, Corrêa Filho (1922, p. 470) apontou, ainda que rapidamente, em nota de pé de página, dados do **Relatório da Comissão a que foi no Baixo Paraguai o major de engenheiros Henrique Baurepaire Rohan**, de 1845, onde constam importantes informações sobre as origens de algumas freguesias. Neste relatório descreve-se, por exemplo, que os Chané compunham-se de Guaná, Kinikinau, Laiana e Terena. Que eram todos *de índole pacífica, por sua disposição à vida social, por sua amável generosidade e, mais que tudo, por seu aferrado amor ao trabalho*. Apesar destas considerações em parte positivas, em relação à presença indígena na formação do primitivo tipo mato-grossense, não resta dúvida de que o autor se vale de explicações a uma suposta hierarquia de raças para justificar a posição social dos indivíduos.

No que diz respeito às narrativas das contendas com os indígenas, relativas ao início da inserção de Mato Grosso *na história*, isto é, após a colonização, elas reforçam sobretudo a imagem de *obstáculos* a superar. Mas não se detêm em relacionar massacres, extermínios, escravizações e perseguições feitas pelos seus antepassados contra os índios. Os historiadores apenas resgatam a superioridade civilizatória dos sujeitos que adentram o sertão. Essa superioridade é, em princípio, militar, contra a qual os indígenas têm que ceder. Transforma-se, em seguida, em capacidade de civilizar. Ora, o espaço de que tratam é pensado como espaço a ocupar, isto é, um vazio, sobretudo de civilidade. Nesse sentido, civilizar significa ocupação, ordenação e controle da espacialidade sob a ótica de um novo modelo de relações sociais implementadas pela absorção capitalista. Civilizar significa o extermínio da *selvageria*, aí incluindo as florestas e as formas tradicionais de vida e seus habitantes. No caso das sociedades indígenas, civilizá-las significa destruí-las enquanto formas *inferiores* e, no seu lugar, implantar outra, tida como *superior*.

É com essa perspectiva que a civilização dos índios é referenciada. Ela ordena as atitudes e sentimentos quanto à questão indígena. Conseqüentemente, identificando-se com as imagens de civilização que

chegam de fora, os segmentos dominantes locais colocam-se como vanguardas avançadas, resgatando sua condição de *nova estirpe bandeirante* e *arrombadores do sertão* bravo e desconhecido.

Para Corrêa Filho (1922, p. 476), esta *nova estirpe* se relacionou à paulista, porque aquela incorporou às suas origens, ainda que de passagem, índios naturais de Mato Grosso. Mas no tratamento dado aos indígenas, dela se diferenciou, porque a história local não teria sido tão *dramática* e *desumana* quanto a paulista.

Situando-se como *civilizadores do sertão*, os historiadores necessitaram apresentar-se como defensores de métodos brandos de atrair índios à civilização. *Ativos, laboriosos, empreendedores e dignos herdeiros dos paulistas*, mas menos *desumanos nas arrancadas* com as quais aqueles escravizaram os índios. A este respeito, Corrêa Filho (1922, p. 476) assim se expressa: *A arrojada bravura dos conquistadores não desmereceu no heroísmo incessante, posto menos dramático, dos povoadores do sertão.*

Não surpreende pois que, ao compilarem trechos citados por Caldas (1887), os autores deixaram de referir-se às expedições organizadas com a finalidade de atacar e destruir os redutos indígenas. Nas poucas vezes em que abordaram diretamente a temática indígena, na maioria delas referem-se quase sempre à catequese leiga ou religiosa.

Tomemos, como exemplo, **Datas mato-grossenses**, de Estevão de Mendonça (1919). Numa obra de mais de setecentas páginas, que pretende mapear as principais efemérides mato-grossenses, há apenas onze referências diretas sobre o assunto. Destas, apenas duas referem-se às escoltas organizadas pelos governantes para atacar aldeamentos. Outras duas tratam do acordo de paz assinado com os Guaicuru, em 1791, e as demais dizem respeito a *contatos* destinados a *pacificar* índios e *trazê-los ao convívio do grêmio civilizado*. Neste ponto, há uma preferência pelos episódios que marcam a domesticação dos Bororo-Coroados, considerada um exemplo bem sucedido de atração *branda*.

Com efeito, sabe-se que a partir de 1886 teve início uma série de expedições militares destinadas a retirar os Bororo de seus territórios. A

operação consistiu em três etapas. Na primeira, foram aprisionadas algumas pessoas desta nação e levadas ao *convívio com o civilizado* para aprender os padrões comportamentais que se desejava propagar aos demais. Na segunda, a expedição militar utilizou-se destas pessoas como iscas para atrair os demais membros do grupo, tidos como arredios, em troca de promessa de bom tratamento. O acordo previa o fornecimento de roupa, comida e área para moradia, além *da utilidade e vantagens que lhes proporcionaria a vida civilizada*. Na terceira e última etapa, ser-lhes-ia oferecida nova área para aldeamento, de onde poderiam tirar seu sustento e estar mais próximos da civilização.

Segundo o Alferes Antônio José Duarte, citado por Caldas (1887), a operação foi um sucesso. Dos trechos deste relato, citados por Mendonça (1919, p.162), destaco dois aspectos. De um lado, a importância do acontecimento para a história de Mato Grosso; ele significa não apenas livrar-se para sempre dos *flagelos e tropelias* daqueles selvagens como indica a eficiência da nova fórmula, considerada branda, de persuasão indígena. De outro, chama a atenção o discurso proferido pelo alferes às índias *civilizadas*, quanto à importância de sua missão de convencer os demais patrícios. Diz o relato:

õAo retirarem-se elas para o centro, fiz todas as recomendações para que empregassem todos os esforços que lhes fossem humanamente possíveis, afim de conseguir bom êxito do trabalho de que vinham incumbidas, fazendo-lhes sentir que prestavam relevante serviço não só a Deus, à pátria, à sua própria tribo, como também e especialmente à província de Mato Grosso, donde também eram naturais.

A Deus porque retiravam um grande povo da barbárie para o cristianismo; à pátria, porque deixando este povo a vida selvagem, aumentava o número do povo civilizado; à sua tribo porque mais tarde eles bendiriam os nomes daqueles que tinham concorrido para a sua civilização; e à província, finalmente, porque descansava de suas correrias, e assim aumentaria sua lavoura que vai de dia em dia caindo em decadência em consequência dos consideráveis prejuízos que todos os anos dão os selvagens, plantando o terror e o desânimo na população agrícola.õ

Penso que este trecho, embora escrito em 1886, reflete o sentimento de grande serviço que, segundo os historiadores, seus patrícios prestaram aos índios, *retirando-os da vida selvagem*. Ao utilizarem-

se da força imagética de *civilizadores do sertão*, os memorialistas locais, no início do século, julgaram cumprir um papel específico na construção da nacionalidade. Como a admissão dos indígenas se faria com a ajuda dos letrados e se daria única e exclusivamente pela porta de serviços, o papel de *civilizadores* lhes permite diferenciarem-se dos seus conterrâneos recém admitidos ao *grêmio civilizado*. Por isso, os principais autores recorrem a supostos antecessores letrados, para diferenciarem-se dos segmentos sociais subalternos e incultos.

É importante frisar que a diferenciação interna é reforçada, pelos historiadores, recorrendo-se também às suas supostas origens européias e nobres. Na historiografia mato-grossense a construção de imagens de nobreza coube a José de Mesquita, em **Nobiliário mato-grossense** (1926) e **Genealogias cuiabanas**. Nesse sentido, percebe-se uma nítida influência de Pedro Taques e suas idéias de nobreza dos paulistas, contidas na **Nobiliarquia paulistana**, sobre José de Mesquita.

Para os *civilizadores do sertão*, o papel reservado aos indígenas admitidos ao novo *grêmio social* era claramente o de trabalhadores. Aliás, este papel já estava indicado no **Album Graphico**, a õcertidão de identidadeõ dos mato-grossenses. Aí a menção aos povos indígenas é feita pelo menos em três momentos distintos, embora relacionados. Primeiro, quando se menciona a expansão bandeirante na qual o índio aparece como obstáculo a superar⁵. Segundo, quando se destaca o trabalho dos salesianos. E, finalmente, quando é apresentado um quadro da situação dos indígenas de Mato Grosso.

Na narrativa sobre o período monçoeiro, por exemplo, os caminhos por rio ou por terra são descritos como *infestados de selvagens* e outras denominações que colocam o índio como parte da natureza hostil a ser vencida.

A referência à catequese religiosa é feita quando são relatados os esforços dos salesianos à catequese indígena. Com apoio governa-

⁵ No **Album**, a expansão bandeirante é mencionada em um resumo histórico escrito, provavelmente, por Estevão de Mendonça a partir do seu **Quadro corographico**. Cf. pp. 49-64.

mental, esta congregação estabeleceu uma educação diferenciada para os filhos da elite e para os de trabalhadores, incluindo-se aí o ensino de profissões aos índios. Esse assunto é explicitado (**Album...**, 1914, pp. 213-216) quando se mencionam, por exemplo, os objetivos do Liceu São Gonçalo, dirigido pelos Salesianos:

õO fim do Liceu é educar física, intelectual e moralmente os nossos jovens, formando-lhes em um corpo robusto um coração católico e patriota, e preparando-lhes a mente para o ingresso nas academias da República, ou para exercerem conscienciosamente cargos públicos e a profissão de guarda-livros, comerciantes, agrimensores ou operários.õ

Para que não pairassem dúvidas sobre quem deve ser incorporado à sociedade como trabalhadores, complementa-se:

õO ensino profissional, destinado principalmente a meninos pobres e desamparados, é distribuído nas seguintes escolas teórico-práticas: tipografia, encadernação, alfaiataria, sapataria, carpintaria e marcenaria, ferraria e serralheria.õ

Ou ainda no caso da Escola Agrícola:

õDestina-se ela ao ensino teórico pratico da agricultura moderna a rapazes pobres que são atualmente 21 internos, entre os quais 15 jovens índios boróros.õ

Para os grupos dominantes, índios e civilização não combinam e, por isso, pensam em atrair não apenas capitais estrangeiros, mas também braços europeus que saibam *ler e escrever*, que sejam também *robustos e ativos* e de boas *qualidades morais*. Mas enquanto isso não ocorre, seguem na esperança de *civilizar* os índios, contando principalmente com a catequese religiosa .

Escrevendo no início do último quartel do século passado, Caldas descreve alguns acontecimentos relativos ao trato que outrora se dava aos povos indígenas. Buscava em boa medida convencer o leitor por uma estratégia de persuasão ao indígena que considerava adotar meios *brandos*. É nesse sentido que se situam seus relatos sobre as expedições organizadas em Cuiabá para combater os Paiaguá, os Guaicuru e os povoados surgidos das missões jesuíticas espanholas. Na páginas de sua **Memória histórica**, Caldas (1887, p. 7) nos fornece um quadro pouco lisonjeiro de como fora a atuação paulista na caça

e extermínio indígena até o século XVIII. Com relação às nações indígenas aponta que:

„Por ferozes e intrépidas, sucumbiram aos golpes dos sertanistas; por pacíficas ou covardes submeteram outras cujas relíquias ainda existem em diversos lugares da província.ö

Dos povos desaparecidos, dos quais restou apenas *a tradição*, indica o nome de sessenta e cinco, conforme constaria da **Relação de viagem de Antônio Pires de Campos**. Dentre os que teriam sobrevivido pela submissão, indica os Bororo e Guató, nos rios Paraguai e São Lourenço; os Guarajó, Caripuna e Jacaré, no distrito de Mato Grosso; os Apiacá, nas imediações do rio Juruena; os Bacahiri e Pareci, nas cabeceiras do rio Cuiabá e, finalmente, os Caiapó, nas vertentes do rio Paraná. (Caldas, 1887, p. 6-43).

De permeio a outras considerações, o mesmo autor ressaltou que, no processo de ocupação da província, três nações tornaram-se célebres pela *altivez e valentia* com que resistiram aos invasores: Paiaguá, Guaicuru e Bororo. Senhores dos rios Paraguai e São Lourenço, por onde passavam as embarcações com destino às minas auríferas de Cuiabá, estes povos teriam quase inviabilizado a ligação de Mato Grosso e, principalmente, de São Paulo. De todos eles, foram os Paiaguá quem, na primeira metade do século XVIII, mais resistiram à passagem de embarcações pelas águas que dominavam. Aponta o período que compreende os anos de 1725 a 1744 como sendo aquele em que ocorreram os principais confrontos entre índios e exploradores de ouro.

Ao poderio Paiaguá se teriam juntado, nesta mesma época, isto é, até 1770, os Guaicuru, índios cavaleiros cuja tenacidade e ousadia os tornariam bastante conhecidos. Contudo, a obstinada luta que contra eles moveram paulistas e cuiabanos termina por reduzir suas forças, o que teria levado os Paiaguá a aliar-se aos espanhóis e os Guaicuru a assinar um acordo de paz, em 1791, com o governante da província de Mato Grosso, reconhecendo a soberania de Portugal sobre a região.

O mesmo Caldas registra que a Câmara de Cuiabá, ao receber em 1730 a notícia de São Paulo de que, em virtude da Régia Provisão,

de 15 de Dezembro de 1728, era *permitido fazer ou não guerra ao gentio, ficando escravos todos os que se aprisionassem*, organiza no ano seguinte uma expedição para combater os Paiaguá e Guaicuru. A expedição, composta de quatrocentos homens e armada com pesada artilharia, que usa contra os primeiros, utiliza-se também de persuasão traiçoeira para atrair os segundos e depois mutilá-los. Em relação a esta expedição, Caldas (1887, p. 10) assim se refere:

õAí chegados, saltaram em terra, entrincheiraram-se, e mandaram alguns intérpretes convidá-los a que viessem fazer amizade e negócio. Chegaram muitos índios que entraram em paz nas trincheiras; e tendo-os assim seguros, o brigadeiro prendeu a um filho de um dos caciques, que conduziu para Cuiabá, e aos outros mandou cortar as mãos e as orelhas dizendo-lhes que fossem mostrar aos seus caciques e aos Paiaguás, seus amigos.õ

Outras expedições são igualmente descritas, revelando o combate sistemático com que os paulistas se teriam livrado, ao menos parcialmente, dos povos indígenas que controlavam os caminhos de penetração para o interior do país, principalmente os rios que davam acesso ao ouro e ao comércio a ele ligado.

Se a primeira metade do século XVIII se caracterizou por abrir caminho na rota do ouro descoberto em Cuiabá, na segunda metade intensificaram-se as medidas visando criar fortificações e presídios tanto para prevenir-se contra a expansão espanhola, quanto para combater e subordinar os povos indígenas.

Pelo final daquele século consegue-se um primeiro contato com os povos do baixo Paraguai. Sobre esta aproximação, no intuito de catequizar, tanto com os Guaicuru como quanto aos Guaná, Caldas (1887, p.12) assim se refere:

õcercados de nações inimigas e sujeitos aos presídios e forças militares que sempre tivemos no baixo Paraguai, não lhes restava outro partido senão aceitarem nossos presentes, que hoje ainda recebem. Além disso, o conhecimento positivo de seus costumes, índole e natureza, como que foi o mais poderoso meio para que se conseguisse este resultado.õ

O mesmo autor menciona o cerco a que foram submetidos os povos em questão. Descreve também a presença de forças militares

que se movimentam nos fortes, presídios, além dos destacamentos que com frequência eram dirigidos para destruir os aldeamentos. Por último, refere-se ao *conhecimento positivo* dos costumes indígenas, como sendo o meio mais eficaz para se conseguir a submissão.

Encurralados entre a expansão espanhola, de um lado, e a portuguesa, de outro, as alianças indígenas com um ou com outro podem ser vistas como tentativas estratégicas desses povos de enfrentar o inimigo. É o que ocorre, por exemplo, no século XVIII, quando Guaicuru e Paiguá aliam-se para defender seus territórios dos invasores europeus. Ou ainda os muitos exemplos de alianças eventuais entre outros grupos, como os Guaná, Chamacoco, Bororo etc. diante do processo de redefinição da ocupação espacial. Redefinição que se deve também ao despovoamento decorrente do aprisionamento dos Guarani das reduções jesuíticas pelos paulistas.

Os relatos de Almeida Serra (1845), sobre as dificuldades para subjugar os Guaicuru e seus aliados, são indicativos do grau de autodeterminação daqueles povos diante de situações que, no início do século XIX, eram-lhes militarmente tão adversas.

Com efeito, apesar do seu sentimento de superioridade de colonizador, Almeida Serra registra aspectos importantes da vida desses povos. Mencionando-se apenas dois aspectos, vale a pena considerar o seguinte: 1) Atitudes que revelam independência e que são percebidas por Franco como arrogantes; 2) O imbricamento presente entre os povos citados, garantindo-lhes a existência de um contingente populacional expressivo, e a sua conseqüente sobrevivência física e cultural, na medida que, em conjunto, aliam conhecimentos de distintos processos produtivos com estratégias militares.

Sobre os povos Guaicuru, Almeida Serra (1845, p. 204-5) faz as seguintes afirmações:

ôter reconhecido neles unicamente uma natural inconstância e afetada condescendência, prestando-se lisongeiros a quanto se lhes insinua, mas só na oculta e firme resolução de nada cumprirem que seja contrário aos seus inveterados usos e presentes interesses; sendo o seu caráter uma refinada dissimulação e certa desconfiança, ainda dos

mesmos benefícios, que recebem, os quais muitas vezes julgam, ingratos, menos graça do que dívida, consequência dos seus estranhos princípios.

Ou ainda:

õ não se julgando inferiores aos mesmos espanhóis e portugueses, gabando-se diariamente de que, apesar de sermos muitos bravos, nos souberam amansar: esta ridícula altivez e negação ao trabalho, lhes faz negar as fadigas da agricultura, que com efeito não necessitam para viverem longos anos, robustos e fartos, achando no rio Paraguai, e nos seus amplíssimos campos a sua sempre provida dispensa.

Estas passagens são reveladoras não apenas da arrogância de um colonizador português diante de povos insubmissos, mas também de um certo fascínio pelos seus *estranhos princípios*. Por isso, a impressão que se tem, ao ler o documento, é que o autor em nenhum momento deixa de reconhecer a competência daqueles povos em continuar sua forma de vida, rearticulando-se. Aliás, se algo o incomoda, é justamente esta ãestranhaõ competência.

Embora Serra acrescente que este reagrupamento teria sido violento, passa posteriormente (p. 210-11) a apontar a sua complementaridade, seja populacional e afetiva, seja econômica e militar, posto ter cada um dos grupos componentes uma especificidade própria. Por isso descreve cada um deles e observa em que medida atuam no conjunto *ficando assim o total dos uaicurús um composto de outras muitas nações de índios, formando um grupo unido*. Daí a dificuldade que o autor vê em subjugar-los e torná-los úteis à mineração e à agricultura, como quer a administração colonial. Contudo, a mesma arrogância que leva Serra a não compreender os *estranhos* hábitos desses povos indígenas, leva os memorialistas locais a desconsiderá-los como povos específicos, com histórias e vontades próprias.

Conquanto a expansão econômica buscasse incorporar o índio e suas terras ao processo produtivo através de vários mecanismos de subjugação, geralmente muito violentos, a historiografia o coloca no lugar que a civilização lhes teria reservado: o de trabalhador submisso.

No momento em que escreveram, os autores locais precisavam convencer-se de que eram, de fato, civilizados. Por isso, negaram qual-

quer vínculo com o que consideravam *selvageria*. Neste sentido, não apenas deixaram de relatar atrocidades cometidas contra os povos indígenas como também, ao elaborar a imagem de seus vultos maiores, silenciaram sobre a existência de qualquer parentesco indígena.

Sobre o primeiro destes aspectos, os relatos de Caldas, ao mencionar as barbaridades cometidas pelos destacamentos militares, desmentem a imagem de brandura com a qual os historiadores locais buscaram diferenciar-se dos *inumanos* paulistas. Quanto ao segundo aspecto, é paradigmático que não mencionem o parentesco indígena de muitos de seus heróis. A este respeito, cito os exemplos de Almeida Serra e do próprio Rondon.

Ao falecer, em 1809, Almeida Serra deixa mulher e dois filhos a quem o governo da província garante pensão. Os historiadores documentam o fato, garantindo a existência de numerosos mato-grossenses descendentes daquele *benemérito varão*. Apenas silenciam quanto ao fato de que a mãe dos filhos de Franco era Guanã⁶. Descrevendo a ação tomada pelo governo provincial após a morte de Franco, Estevão de Mendonça (1919, p. 56) declara: *Deixou aquele oficial dois filhos - Augusto Martiniano, falecido bem moço, e Ricarda Maria, de quem existe numerosa descendência.*

O mesmo ocorre com Corrêa Filho (1928, p. 31) que assim se expressa: *Apressa-se em amparar-lhe a descendência, e apenas se lhe enseja a ocasião, manda recolher à capital os ossos do heróico defensor de Coimbra.*

Com relação à biografia de Rondon, Estevão de Mendonça (1969, p. 184) afirma que o militar não gostava de falar de sua infância, dizendo textualmente:

õO general Rondon, criatura de fibra admirável, que nunca repousou, é na intimidade um **causeur** admirável. Fecha-se, porém, quando perce-

⁶ Traçando paralelo entre as afinidades que teriam Rodrigues do Prado e Almeida Serra com os Guaicuru, Corrêa Filho (1969, p. 447) conclui ser maior com o primeiro do que com o segundo. Esclarecendo: *Não se conclua, porém, fosse irrestrito o menosprezo de Ricardo Franco pelos índios, pois que era guanã a mãe de seus dois filhos, Ricarda Manuela e Augusto Martiniano.*

be que lhe querem arrancar informes da sua vida sempre afanosa. Por isso, a ninguém foi dado ainda dizer-lhe a meninice e a juventude, além do nascimento, a 5 de maio de 1865, na então isolada povoação do Mimoso.ö

Pelo menos no que diz respeito às suas origens indígenas, Rondon a declarara a Roosevelt, em 1914 (pp.147-7). Conforme o relato deste último, Rondon era descendente, pelo lado paterno, dos paulistas *aventureiros de sangue português e índio*. Em outro momento, acrescenta: *É de sangue índio quase 100%*.

Portanto, as ligações de Rondon com os índios eram mais intensas do que as propagadas pelos historiadores patricios. Sabe-se que este *notável mato-grossense* tinha uma avó Bororo e outra Terena (Viveiros,1958, p. 17-8). Mas, para os memorialistas, o símbolo maior de *civilizador do sertão* não poderia ter vínculos com os *selvagens*. Pelo menos enquanto seus pares não se sentissem suficientemente diferenciados daqueles *brasileiros das selvas*.

Afirmo ser possível contrapor à visão localmente estabelecida as observações sobre Mato Grosso feitas por autores externos. A este respeito, conto com estrangeiros de diferentes países que visitaram a região mais ou menos na mesma época em que os historiadores locais constróem suas representações. Refiro-me ao italiano Guido Boggiani (1861-1892), ao norte-americano Theodore Roosevelt (1858-1919) e ao francês Claude Lévi-Strauss. O primeiro esteve por várias vezes entre os índios Kadiweu. De sua primeira visita, em 1892, resulta o diário publicado em seu país dois anos depois e posteriormente no Brasil (Boggiani,1975). Além de comerciante, o autor é dotado de formação artística, de sensibilidade etnográfica, geográfica e botânica. Isso lhe permite fazer observações a respeito de vários tópicos que interessa apontar.

Roosevelt é político, fazendeiro e mistura certo gosto por caçadas com observações de um naturalista. Esteve em Mato Grosso no verão de 1914 e, com apoio do governo brasileiro, compôs a chamada expedição Roosevelt-Rondon, explorando parte do pantanal e parte da bacia do Amazonas. A principal tarefa da expedição era descer o até

então desconhecido Rio da Dúvida, depois chamado Roosevelt. Seu texto (Roosevelt, 1976) constitui-se num relatório de viagem publicado em seu país naquele mesmo ano. Por sua vez, o livro de Lévi-Strauss (1970) resulta de suas viagens de estudos etnográficos que empreende por Mato Grosso entre os anos de 1936 e 1939. Como pesquisador talentoso e tendo permanecido mais tempo na região, fez observações geniais em relação aos povos indígenas que estudou. Da mesma forma que os outros trabalhos citados, pode ser tratado como a visão do outro, e suas observações bastante úteis para se verificar alguns aspectos pontuais.

Dotados de um espírito aventureiro, estes autores encarnam bem o papel que, no final do século passado e início deste, caracteriza o expansionismo da cultura ocidental. O momento era estimulante para se conhecer outros territórios, povos e culturas.

Essa busca fica clara nos relatos de Roosevelt quando descreve a sensação de impotência que experimenta no momento em que percorre o Rio da Dúvida, rumo ao desconhecido. Observa que a própria existência humana depende do conhecimento do território, o que envolve não apenas a topografia, mas também o clima, a fauna e a flora, para saber com que recursos se pode contar diante dos perigos reais e imaginários. Assim, mesmo que sua expedição seja composta por sertanejos acostumados a comer carne de macaco e várias espécies de palmeiras, e mesmo que parte da equipe se constitua de militares da Comissão Telegráfica (portanto, treinados para resistir aos rigores da selva), ainda assim o autor anota que diante do desconhecido só se pode contar com o instinto de sobrevivência.

Quando a expedição chega finalmente na parte do rio habitada por seringueiros, é contratado um guia e a situação volta ao controle. A sensação de impotência desaparece e o perigo representado pelo desconhecido já não mais existe (Roosevelt, 1976, p. 207). Por ser um conhecedor do lugar, o guia sabe onde obter fontes alimentares fornecidas pela natureza; da mesma forma, conhece informações preciosas a respeito de insetos e plantas perigosas, cachoeiras

intransponíveis e um gigantesco universo de valores e costumes com os quais o contato é favorecido pelo seu conhecimento prévio.⁷

Contudo, há na narrativa de Roosevelt passagens que revelam aspectos quase imperceptíveis que, retomados, favorecem o caminho da leitura contrapontual. Refiro-me ao momento em que o autor está tratando da descida do tal rio desconhecido. Relatando a amplitude daquele *vasto território*, registra ser uma *região quase vazia, habitada apenas por índios inamistosos* (Roosevelt, 1914, p. 194). Outros registros na mesma narrativa, como a existência de pontes sobre algumas partes do rio, indicam que o lugar era desconhecido dos expedicionários, mas não dos habitantes do lugar. E se havia habitantes, o espaço não era vazio, embora a ocupação daquele território pudesse estar organizada distintamente do modelo que o autor tinha na cabeça. O que essas duas passagens sugerem é que as representações de espaços *vazios* e *desconhecidos* precisam ser repensadas. Vazio e desconhecido de quem e por quê?

Este é um exemplo de como referências e representações preconceituosas podem levar a atitudes prepotentes quanto ao conhecimento que outros povos têm do lugar. Mas admitir a existência de povos apenas distintos, mas não insignificantes, implica na necessidade de reconhecer tratar-se de uma formação social específica, com uma história e conhecimentos próprios, cujos territórios não podem ser invadidos impunemente.

Este tópico do conhecimento dos índios sobre seus espaços pode ser ilustrado pelas impressões de Boggiani, intrigado por perceber como *povos selvagens* podem ser tão eficientes. A narrativa decorrente de sua primeira moradia, por dois meses e meio, entre os índios Kadiwéu, embora discriminatória, não deixa de registrar passagens interessantes. Observa, em dado momento, que os índios Chamacoco conheciam

⁷ *...contratamos um seringueiro para nos servir de guia, homem que conhecia perfeitamente todos os varadouros e desvios e sabia quando era necessário retirarem-se as cargas das canoas. A viagem a esta altura, era como um brinquedo em comparação ao que havíamos passado.* (Roosevelt, 1976, p. 207)

plantas que armazenavam água, e madeiras específicas para uma série de atividades, inclusive aquelas que, quando queimadas, fazem fumaça para espantar mosquitos. Com relação aos Kadiwéu, registra seu conhecimento sobre uma série de alimentos que podem ser coletados diretamente da natureza: raízes, palmeiras, frutos, mel etc. Do mesmo modo aponta seu conhecimento sobre o comportamento dos animais silvestres, algo que os torna exímios caçadores. Segundo observa, com um pouco mais de conhecimento agrícola, poderiam ser economicamente auto-suficientes sem despendendo muito esforço.

É interessante acompanhar pela narrativa (Boggiani, 1975, p. 153) como, à medida em que convive com os indígenas, ao mesmo tempo que lhes auxilia com seus poucos conhecimentos médicos, vai aderindo aos seus costumes⁸. Por outro lado, seu treino nas artes permite perceber a riqueza das criações artísticas daquele povo, sobretudo das mulheres. A elas tece elogios (p.155 e 161) também sobre suas boas maneiras, elegância de gestos etc. Seu fascínio é tanto maior quanto julga tratar-se de um *povo selvagem*, portanto, inferior, em seu modo de ver, à sua condição de representante da civilização.⁹

Outro tópico que pode ser trabalhado, a partir das observações que nos são fornecidas por esses autores, é o da própria temporalidade. E isso não apenas com relação às sociedades indígenas, mas também entre os mato-grossenses.

Com efeito, Lévi-Strauss registra em seus apontamentos os seus deslocamentos condicionados não apenas pela falta de caminhos e pela lentidão dos meios de transporte ó em geral, montaria de burros e bois ó mas também pelo ritmo de seus condutores. Provavelmente, esta

⁸ Diz tratar-se de um povo alegre e festivo, algo que ao mesmo tempo o alegra e o incomoda. Por não dar, como ele, a mesma importância ao trabalho, declara: *Se esta gente tivesse tanta paixão por trabalhar quanto tem por dançar, seria a mais rica da terra.*

⁹ *Atenção tanto mais gentil quando vem de uma selvagem ou Vi e pude comprar pratos ornados com verdadeiros gostos artísticos, coisa que desperta ainda maior interesse quando se pensa que são feitos por selvagens.*

história lenta, ou melhor, esta temporalidade específica, esteja ligada não aos meios de transportes, mas à condição de sociedade rural fortemente influenciada por práticas econômicas e culturais provenientes de suas origens indígenas, portanto intimamente relacionada com os ciclos da natureza. A meu ver, esta temporalidade específica representa uma resistência ante a necessidade da inserção na economia capitalista. Esta mesma dificuldade em aceitar a mudança parece ter sido transferida ao apego dos memorialistas por um tipo de passado.

Importa ressaltar também que toda ilusão de paraíso difundida pelos historiadores, por exemplo em relação ao clima e à salubridade, nem sempre é corroborada pelos apontamentos dos autores externos. Embora o universo conceitual desses últimos não possa ser separado de seu lugar e sua época, o fato de não terem interesses econômicos nem políticos sobre a região e, sobretudo, de não ter com ela vínculos afetivos, permite-lhes descrevê-la de modo não-ufanista. Assim, os temas relativos à vegetação, clima ou salubridade, ora são elogiados, ora observados criticamente.

Ao contrário dos autores locais, que enxergam seu estado quase como um privilégio divino, estes outros fazem menção ao calor, à umidade, aos mosquitos que perturbam e podem transmitir doenças, e às febres decorrentes da insalubridade. Descrevem as características da vegetação, nem sempre exuberante, a fertilidade do solo, propícia ou não à colonização, a existência de animais e pássaros sem dúvida abundantes, mas com uma preocupação mais de compreendê-los do que de endeusá-los.

Mesmo utilizando-se de adjetivos as vezes românticos ó Boggiani utiliza expressões idílicas, tais como *rio majestoso*, *estupendos bosques*, *exuberante vegetação* ó a preocupação de descrever com fidelidade aquilo que vêem permite aos autores externos construir relatos mais diferenciados.

Em seus registros não deixam de transparecer representações típicas do discurso científico de sua época. Por exemplo, mencionam o *estado da cultura* quando se referem às sociedades indígenas, ou os

traços raciais presentes em determinadas populações. Boggiani menciona a *pureza de sangue* dos Kadiweu como fator explicativo de elementos de sua cultura; Roosevelt chama a atenção constantemente para a mestiçagem existente em Mato Grosso, particularmente quando menciona os seringueiros e os agentes dos Postos Telegráficos. Com algum esforço, tenta convencer-se da dedicação ao trabalho dos homens tropicais, como quando se refere à dedicação dos nambiquaras (Roosevelt, 1914, p. 140); ou mesmo quando menciona o dispêndio de força e energia por parte dos remadores da sua expedição.

Ora, comparando-se os relatos destes estrangeiros com as narrativas memorialísticas dos historiadores mato-grossenses, percebe-se que os primeiros, mesmo sendo às vezes preconceituosos, buscam registrar, comparar e esclarecer, tendo como referências explicativas, via de regra, construções teóricas que lhes permitem um diálogo reflexivo com o que observam. Ao contrário, os segundos registram, apontam e comparam, mas sempre com uma preocupação mais ufanista do que reflexiva. Utilizam-se também de referências explicativas externas, mas com o intuito de justificar acontecimentos, moldar representações idílicas e atribuir a seu objeto características que ele nem sempre possui. Constrói-se, desse modo, um quadro de referências e atitudes que vai sendo cristalizado numa memória impositiva, cujos tópicos são tratados sempre da mesma maneira e pelo mesmo viés. Isto é, voltados para si mesmos, com o intuito da preservação, como se deles dependesse o devir histórico. Essa forma de se relacionar com os acontecimentos, além de um desvio intelectual, torna-se um vício que chega até hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Kátia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições : a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. São Paulo, 1985. Tese (Doutoramento) ó USP.
- AYALA, Cardoso, SIMON, Feliciano (org.). *Album graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá, Hamburgo, 1914.
- BARRETO, Emídio Dantas. *Expedição a Mato Grosso : a Revolução de 1906*. Rio de Janeiro, São Paulo : Laemmert e Cia. Editores, 1907.

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas : magia e técnica, arte e política.* v. 1. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo, 1985.
- BOGGIANI, Guido. *Os Caduveos.* Trad. Amadeu Amaral Júnior. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia, São Paulo : Editora da USP, 1975. (Primeira edição brasileira, *Os Cadiveo.* São Paulo : Livraria Martins Editora, 1945).
- CALDAS, João Augusto. *Memória Histórica sobre os Índios da Província de Mato Grosso.* Rio de Janeiro : Typografia Moraes e Filhos Editores, 1887.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Matto Grosso* : publicação oficial. Rio de Janeiro : Tip. do Jornal do Commercio, 1922.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. Os predecessores de Rondon. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, n. 19/20, 1928/29.
- FERRO, Marc. *As falsificações da História.* Trad. Cascais Franco. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.
- FLORESCANO, Enrique. De la memória del poder a la história como explicación. In: *História, para que?* 5.ed. México : Siglo Vinteuno Editores, 1984.
- GALETTI, Lylia da S. Guedes. *O estigma da barbárie e a identidade regional.* *Revista de Pós-Graduação em História*, Brasília : UNB, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo : Edições Vértice, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos.* Trad. Noélia Bastard. Buenos Aires : Editorial Universitária, 1970.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses.* Niterói : Escola Tipográfica Salesiana, 1919. 2v.
- MENDONÇA, Estevão de. *E foi naquela noite de Natal.* Goiânia : Editora Rio Bonito, 1969.
- ROOSEVELT, Theodore. *Nas selvas do Brasil.* Trad. Luiz Guimarães Júnior. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia, São Paulo : Edusp, 1976.
- SAID, Edward. W. *Cultura e imperialismo.* Trad. Denise Bottman. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurus e guanás, com descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 7, 1845.
- VASCONCELOS, Cláudio A. de. *Questão indígena na Província de Mato Grosso* : conflito, trama e continuidade. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) ó USP.
- VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida.* Rio de Janeiro : Livraria São José, 1958.
- ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade* : considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). São Paulo, 1998. Tese (Doutoramento) ó USP.